

Os próximos dez anos ESTADO DE SÃO PAULO



**Até quando
o núcleo da
economia
brasileira
continuará
estatizado**

meio ano de vida, em janeiro passado, dos 47 bilhões aplicados em carteiras de várias modalidades (commodities, FAF, renda fixa e outros) pouco mais de 6% estavam em fundos de ações.

Some-se a isso o elevado volume aplicado pelos fundos em títulos emitidos pelo governo, para a rolagem da dívida pública, e veremos a que distância ficamos dos investimentos necessários para a produção industrial, a agricultura ou os serviços,

os setores que mais rapidamente podem gerar emprego e salário.

O processo de desindexação já começou. Reorientar o fluxo da poupança implica mudar o perfil dos tomadores, a cabeça dos investidores e a presença das empresas de capital aberto no mercado. O parque instalado no País é bom. O valor de mercado de 540 companhias de capital aberto listadas em Bolsa em maio passado equivalia a cerca de uma terça parte do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. A maioria esmagadora dessas empresas está na segunda linha do mercado de ações.

As portas que o Congresso está abrindo para investimentos em infra-estrutura e áreas antes monopolizadas implicam a convocação desse exército empresarial descentralizado, ágil e com índices de produtividade superiores aos do Estado. Muita gente fala em privatização

sem saber o que isso significa. Privatizar significa também descentralizar decisões e fazer crescer as empresas que podem ocupar espaços.

Uma vez mais vale lembrar o que ocorre no Exterior: são as empresas da segunda linha que, no longo prazo, proporcionam maior lucratividade aos investidores e mais geram empregos. No meio do caminho, porém, está o "custo Brasil". Somente reduzindo os custos de portos, estradas, telecomunicações, cunhas fiscais e gargalos na distribuição e comercialização essa nova infantaria irá produzir uma economia altamente competitiva.

Dessa forma o peso dos ajustes não recairá, exclusivamente, na taxa de câmbio, transformada em complicador pela expectativa de sua constante valorização.

De onde porém, virá a poupança para atender à enorme demanda por capital fixo dos setores que forem abertos ao investimento privado? Não se deve dar uma ênfase exagerada ao capital de origem externa. Em janeiro deste ano os investimentos através dos chamados Anexos I a IV totalizavam US\$ 21 bilhões de apenas. São importantes, mas não são decisivos se não acompanharem a reorganização da poupança doméstica. Com taxas de juro elevadas, os recursos externos com grande volatilidade tendem a procurar investimentos de curto prazo. Não será possível mudar esse cenário sem decisões políticas rápidas.

A decisão mais urgente e crítica envolve as reformas tributárias, fiscal e da previdência. Em todo o mundo os fundos de pensão funcio-

nam como grandes alavancas para investimentos. Os ativos dos fundos de pensão do Chile (cerca US\$ 25,3 bilhões) equivalem a quase metade do PIB desse país e representam metade do que mobilizado pelas nossas fundações da Previdência Privada. Com a globalização das economias, a Previdência está passando por grandes transformações em todos os países. Os novos acordos mundiais de comércio obrigam as empresas que, tenham fundos de pensão, com planos deficitários, a tomar medidas para recompor suas contas visando a proteger os direitos dos trabalhadores. Até megasempresas, como a GM norte-americana, foram obrigadas a rever seus planos atuariais. Dificilmente correções semelhantes seriam feitas em fundos estatais.

Reitero, portanto, que o nome do jogo é político, muito mais do que econômico, em particular quando partirmos para a questão tributária e fiscal, envolvendo os interesses da União, dos Estados e municípios. Não se pode esquecer que dos Estados dependem decisões importantes sobre desmobilização e privatização. É preciso uma resposta clara e rápida em todos os níveis de poder político sobre até quando o núcleo da economia brasileira continuará estatizado, ou com que velocidade e prazos terá seu capital democratizado, com um mínimo de ingerência regulatória por parte do governo.

■ Manoel Francisco Pires da Costa, presidente da BM&F, é diretor do Banco Par-
tente.

O primeiro ano de vida do Plano Real foi comemorado com muitos olhares no espelho retrovisor, avaliações sobre sucessos e insucessos no controle da inflação e do câmbio, e pouca visão do futuro. Parafraseando o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sugiro que se troque o nhenhên e a discussão hermética por propostas concretas para solucionar alguns dos pontos críticos com que nos defrontamos como Estado e sociedade.

O primeiro passo nessa direção envolve o que fazer com a poupança. É preciso pavimentar com urgência uma estrada que induza os investidores a aplicar uma parte do seu capital a longo prazo e em renda variável. Estamos falando em reeducar e reorientar a poupança. Não estaremos inventando nada, mas tão-somente seguindo a mesma tendência dos países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, por exemplo, os ativos das companhias de investimento já ultrapassam os depósitos em contas correntes, e uma em cada três famílias investe em fundos de ações ou fundos mútuos.

O longo convívio com a inflação fez com que os brasileiros se refugassem em todos os tipos de contratos e investimentos com correção monetária, ou alguma forma de indexação. Quando o Real completou